

## **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**

### **Notas Explicativas da Administração às**

### **Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2017 e de 2016**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

#### **1. Contexto Operacional**

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

#### **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2017, data de encerramento do semestre, e comparadas com o mesmo período de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

**b) Operações de Crédito**

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**c) Ativo Permanente**

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

**d) Ativos e Passivos Contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2017 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipo de provisão para contingências.

#### e) Demais Ativos e Passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou de liquidação na data do Balanço.

#### f) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na Demonstração de Resultado em conformidade com o regime de competência mensal.

#### g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

### 3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2017 e 2016 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2017	Jun/2016
Curto Prazo (para negociação)		34.880	38.015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	34.880	38.015
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			3.957
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	3.576	3.957
<b>TOTAL</b>		<b>38.456</b>	<b>41.972</b>

### 4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

#### 4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	30.06.2017				30.06.2016			
	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Setor Privado								
Serviço	327	1.354	7.330	9.011	3.084	783	5.152	9.019
Indústria	395	51	3.662	4.108	903	747	2.920	4.570
Comércio	33	19	3.574	3.626	947	247	807	2.001
Rural	-	16	-	16	-	-	-	-
Pessoa Física	162	18	23	203	223	10	7	240
<b>Subtotal</b>	<b>917</b>	<b>1.458</b>	<b>14.589</b>	<b>16.964</b>	<b>5.157</b>	<b>1.787</b>	<b>8.886</b>	<b>15.830</b>

Vencido

Setor Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	71	75	2.272	2.418	215	343	99	657
Indústria	4	202	358	564	20	70	5	95
Comércio	175	10	324	509	304	776	897	1.977
Rural	-	-	10	10				
Pessoa Física	54	20	9	83	15	15	7	37
Subtotal	304	307	2.973	3.584	554	1.204	1.008	2.766

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

<b>A VENCER</b>		30.06.2017					30.06.2016
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	256	142	6.335	6.733	0,50%	34	2
B	265	706	6.799	7.770	1,00%	78	71
C	3	590	1.121	1.714	3,00%	51	44
D	391	-	-	391	10,00%	39	49
E	-	-	129	129	30,00%	39	26
F	-	-	-	-	50,00%	-	1.303
G	-	-	-	-	70,00%	-	518
H	1	21	205	227	100,00%	227	2.948
Total	916	1.459	14.589	16.964		468	4.961

<b>VENCIDO</b>		30.06.2017					30.06.2016
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	203	-	-	203	0,50%	1	-
B	65	-	-	65	1,00%	1	-
C	15	161	-	176	3,00%	5	2
D	-	45	-	45	10,00%	5	1
E	2	8	-	10	30,00%	3	47
F	-	-	2.010	2.010	50,00%	1.005	55
G	-	68	-	68	70,00%	47	64
H	18	25	964	1.007	100,00%	1.006	2.361
Total	303	307	2.974	3.584		2.073	2.530

Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no Primeiro Semestre de 2017:

Saldo em 01.01.2017	5.068
Adições	1.055
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	(282)
Reversões	(1.544)
Baixas	(1.756)
Saldo em 30.06.2017	2.541

## 5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos e outros valores e bens, referem-se a ativos recuperáveis, sendo representados por “Impostos e Contribuições a Compensar” - IRPJ e CSLL, “Devedores Diversos - Cobrança a Processar” e Despesas Antecipadas, conforme demonstrado a seguir:

	jun/17	jun/16
Impostos e Contribuições a Compensar	15	41
Devedores Diversos - País	47	62
Devedores Por Depósitos em Garantia	-	103
Despesas Antecipadas	51	52
Serviços Prestados a Receber	10	15
Adiantamentos e Antecipações Salariais	12	7
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	-
	<u>136</u>	<u>280</u>

## 6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2017
<b>PERMANETE</b>	<b>228</b>	<b>91</b>	<b>-</b>	<b>319</b>
<b><u>Imobilizado de Uso</u></b>	<b>225</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>206</b>
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>	<b>394</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>395</b>
Aparelho de Refrigeração	49	1	-	50
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56
Mobiliários	289	-	-	289
<b>Sistema de Processamento de Dados</b>	<b>356</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>357</b>
Sistema de Processamento de Dados	356	1	-	357
<b>(Depreciação e Amortização)</b>	<b>(524)</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>(546)</b>
<b>(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso</b>	<b>(180)</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>(199)</b>
(-) Aparelho de Refrigeração	(23)	(2)	-	(25)
(-) Máquinas e Equipamentos	(26)	(3)	-	(29)
(-) Mobiliários	(131)	(14)	-	(145)
<b>(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. de Dados</b>	<b>(345)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(347)</b>
(-) Sistema De Proc. De Dados	(345)	(2)	-	(347)
<b><u>Intangível</u></b>	<b>3</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>113</b>
Licença De Uso De Software	462	361	-	823
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(459)	(251)	-	(710)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2017, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.

## 7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, classificados no Passivo Circulante e Longo Prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Obrigações por Repasses – BNDES	4.000	1.489
Obrigações por Repasses-FINEP	3.606	1.967
Obrigações por Repasses – BNB	999	1.078
	<b>8.605</b>	<b>4.534</b>

## 8. Exigível a Longo Prazo - Reapresentação de Saldos Comparativos

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção foi aplicada de forma retrospectiva e não apresentou reflexos nos saldos totais das contas de ativo e passivo e nem no resultado do exercício.

## 9. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/17	jun/16
INSS	51	56
IRRF	21	22
CSLL	-	5
COFINS	25	27
FGTS	10	12
IOF	28	-
PIS	4	4
ISS	3	2
TOTAL	<b>142</b>	<b>128</b>

## 10. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2017 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.

	jun/17	jun/16
Provisão Outras Despesas Administrativas	274	357
Provisão de Férias e Encargos	269	291
Provisão Para Passivos Contingentes	-	4
Credores Diversos	152	8
TOTAL	<b>695</b>	<b>660</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas esta assim constituído:

	2017		2016	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
<b>Total</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>

## 12. Despesa de Pessoal e Honorários

	1º Sem. 2017	1º Sem. 2016
Ordenado e Representação	524	516
INSS	248	259
Honorários	341	383
Alimentação	103	104
Férias	88	91
FGTS	70	74
13º Salário	67	67
Outras	39	23
	<b>1.480</b>	<b>1.517</b>

## 13. Outras Despesas Administrativas

	1º Sem. 2017	1º Sem. 2016
Manutenção e Conservação	59	73
Processamento de Dados	163	319
Publicações	89	83
Serviços de Terceiros	79	100
Serviços Técnicos Especializados	1.011	1.073
Aluguéis	165	176
Comunicação	38	52
Serviços de Vigilância	98	21
Serviços Financeiros	43	8
Outras	123	194
	<b>1.868</b>	<b>2.099</b>

#### **14. Divulgação sobre Partes Relacionadas**

No primeiro semestre de 2017 a AGEFEPE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

#### **15. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

##### **a) Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

##### **b) Risco de Mercado**

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

##### **c) Risco Operacional**

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

**Sergio Maia de Farias Filho**  
DIRETOR PRESIDENTE

**Severino Emanuel Mendes da Rocha**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**Alberto Sabino Santiago Galvão**  
DIRETOR DE NEGOCIOS

**Teótimo Soares de Almeida**  
CONTADOR - CRC/PE Nº 022.654/O-0



